Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Mila Ferreira/CB/D.A. Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Unidos na causa

Na questão do Fundo Constitucional, pela primeira vez a esquerda vai se unir à bancada da bala em nome de algum propósito. Ninguém quer perdas nas verbas federais para as áreas de saúde, educação e segurança. O líder da bancada da segurança na Câmara, Alberto Fraga (PL-DF) apresentou uma emenda ao projeto substituto apresentado pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA) que incluiu mudanças no cálculo do Fundo Constitucional. E a deputada Erika Kokay (PT-DF) tem sido a líder do PT na defesa da causa.

Discurso pode colar...

O maior temor de aliados do presidente Lula no Distrito Federal é de que o Congresso aprove as mudanças no Fundo Constitucional no arcabouço fiscal, com prejuízos para os servidores públicos para a saúde, segurança e educação, e a responsabilidade recaia para os partidos da base governista, como o PT e PV. A alteração não consta da proposta original, encaminhada pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foi incluída pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). Mas a depender do discurso propagado a conta vai para o governo Lula. Imaginem nas próximas eleições…

Desgaste

Muita gente acredita que a bancada do DF está desgastada na reivindicação pelo Fundo Constitucional que deve chegar a R$ 24 bilhões depois do mico na segurança pública em 8 de janeiro. Mas houve falhas de pessoas e não de instituições.

Ed Alves/CB/D.A Press



Divulgação/ABDI



ABDI recebe parlamentares para celebrar o Dia da Indústria

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) recebe amanhã parlamentares da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara. Além do presidente, Heitor Schuch (PSB-RS), cerca de 20 deputados irão participar do encontro, para celebrar o Dia da Indústria e discutir ações conjuntas para a promoção da reindustrialização brasileira. O presidente da ABDI, Igor Calvet, diretores e gerentes, querem apresentar os projetos de transformação digital e desenvolvimento industrial sustentável da Agência.

Arquivo Pessoal



Nascem os gêmeos da família Rainha

O conselheiro Renato Rainha postou ontem nas redes sociais uma crônica do nascimento dos netos gêmeos. A filha Renata teve a bolsa estourada de madrugada quando estava hospedada na casa do pai, com 7 meses de gravidez, e o conselheiro do Tribunal de Contas do DF saiu em disparada com ela para o hospital. "Meu coração estava batendo na velocidade da luz, se é que não ultrapassou essa grandeza", disse. Assim nasceram saudáveis Ana Beatriz e Paulo Joaquim. Como são prematuros ainda precisam de assistência médica. Mas em breve estarão em casa. Eles são netinhos também da superintendente regional do Sebrae, Rose Rainha. "Esses apreçadinhos…", brincou a avó.

Retificação

O dissídio da EBC em 2020 foi pedido pela empresa e não pelos empregados, como a coluna afirmou na edição de domingo (21).

À QUEIMA-ROUPA

MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF)

"Dados consistentes e confiáveis são de suma importância para uma maior efetividade dos programas e projetos do governo, nas várias esferas de atuação"

Criada para ser um centro de pesquisas, a Codeplan teve o foco desvirtuado ao longo do tempo e agora se transformou em Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). Qual é o foco atual?

O Instituto tem como foco principal a elaboração de estudos e pesquisas alicerçados em métodos científicos visando a disponibilização para a sociedade do Distrito Federal de dados demográficos, socioeconômicos, ambientais e territoriais. Tais informações permitem ao Governo do Distrito Federal uma atuação mais assertiva na elaboração e gerenciamento de políticas públicas.

Que tipo de pesquisa o governo precisa para alimentar seus programas e projetos?

Dados consistentes e confiáveis são de suma importância para uma maior efetividade dos programas e projetos do governo, nas várias esferas de atuação. Neste contexto, a pesquisa mais importante realizada pelo IPEDF é a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), que é realizada a cada dois anos e permite um diagnóstico detalhado de todas as regiões administrativas da capital. A partir dos dados coletados na PDAD é possível realizar vários estudos e recortes, de acordo com a temática a ser abordada. É com ela que o GDF conhece todas as diferentes realidades de Brasília e pode trabalhar em cada uma delas de forma especifica e assim atender suas demandas.

Divulgação



Como são realizados os levantamentos?

A grande maioria das pesquisas, dentre elas a PDAD e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), são feitas por agentes de coleta que atuam diariamente entrevistando a população em todas as RAs. Também existem as pesquisas realizadas por meio da Central de Atendimento 156, ou seja, pesquisas telefônicas. Independentemente da forma de realização, todas possuem uma metodologia científica consolidada. Importante destacar que todas as pesquisas seguem um padrão de não perguntar nenhum tipo de informação de cunho pessoal como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e/ou dados bancários.

Qual foi a última pesquisa com dados mais interessantes?

A última grande pesquisa realizada foi a PDAD 2021. Nela, além das questões tradicionais, foram incluídos dois novos questionários: o de identidade de gênero e orientação sexual e o da presença dos bichinhos de estimação nos lares dos brasilienses, os pets. A adição desses tópicos deixou a pesquisa ainda mais completa e inclusiva, permitindo um novo recorte da realidade da população do Distrito Federal. Estão em andamento os preparativos para a realização da PDAD 2023, cujo levantamento de campo será realizado no segundo semestre.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

Informe Publicitário

FIBRA
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

MANIFESTO PELA MANUTENÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF

A Fibra e seus dez sindicatos filiados, em nome do setor industrial do Distrito Federal, vêm a público se manifestar contra a proposta de alteração da forma de cálculo dos recursos do Fundo Constitucional do DF. A mudança, que não estava prevista no texto original do arcabouço fiscal enviado pelo Poder Executivo e foi incluída no projeto em discussão no Congresso Nacional (PLP nº 93/2023), colocaria em risco recursos fundamentais destinados à segurança pública, à educação e à saúde da capital da República.

Atualmente, o repasse federal ao DF é corrigido todo ano pela variação da receita corrente líquida da União. Se aprovado o artigo incluído no texto do arcabouço fiscal, o repasse poderá ficar estagnado ou até mesmo ser reduzido, uma vez que o aporte anual de recursos destinados ao Fundo Constitucional será corrigido anualmente por projeto de lei complementar no limite da despesa primária do Poder Executivo da União.

O impacto da medida sobre o funcionamento de serviços públicos essenciais seria desastroso, uma vez que esse custeio está em contínuo crescimento. Brasília é bem mais que a sede dos Três Poderes da República e de mais de 130 embaixadas, de que cuida com zelo e responsabilidade. É também a casa de 3 milhões de brasileiros e a principal fonte de renda de outros 1,5 milhão, que residem no entorno, em cidades goianas e mineiras, uma conurbação dinâmica e de progresso.

O Fundo está previsto na Constituição e existe para compensar Brasília das despesas inerentes à condição de capital federal. Assim, ao prosseguir com a mudança, o Legislativo federal forçaria o governo local a suprir essa carência, quando este precisa se concentrar na constituição de um ambiente favorável ao investimento, para que o DF diversifique sua matriz econômica e dependa cada vez menos dos cofres públicos, gerando mais renda e emprego para a população.

Desde a apresentação da proposta na Câmara dos Deputados, parlamentares do Distrito Federal, assim como o governador, estão se mobilizando para que ela não seja aprovada. Nós, do setor industrial, nos juntamos a essa causa, em defesa do direito constitucional da população que vive e trabalha na capital da República.

SINDUSCON-DF Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal · SIMEB · SIAB Sindicato das Indústrias de Alimentação de Brasília · SINDIGRAFDF Sindicato das Indústrias Gráficas do DF · SINDI GRÃOS · SINDIVESTE Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal · SINDMAM Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do Distrito Federal · Sinfor Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal · SindELETRO Sindicato das Indústrias Fabricantes e de Reparação e Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Elétricos e Eletrônicos do Distrito Federal · SINDARCOM-DF Sindicato das Indústrias de Artefatos, Cimentos, Concretos e Mármores do Distrito Federal

»Entrevista | **ROSILENE CORRÊA** | VICE-PRESIDENTE DO PT-DF

"Hoje é impensável uma mudança drástica"

Para a dirigente petista, será desastroso para a capital do país as mudanças do Fundo Constitucional

» PABLO GIOVANNI

Mariana Lins

A alteração do texto final sobre o arcabouço fiscal, proposto pelo deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), que pretende mudar a forma de cálculo para atualização do Fundo Constitucional (FCDF) — valores que mantêm o funcionamento da segurança, da saúde e da educação do DF — ano a ano é tratado com bastante resistência por políticos da base e oposição do DF. Ao CB.Poder *— parceria do* ***Correio*** *com a TV Brasília —, a vice-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) do DF, Rosilene Corrêa, considerou como um desastre a proposta. À jornalista Ana Maria Campos, a ex-presidente do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) entende que a discussão é necessária, mas não neste momento.*

Qual sua a posição sobre o debate do Fundo Constitucional?

É importante que esperamos que todos os partidos, sejam eles base ou oposição, tenham a mesma responsabilidade, entendendo o prejuízo que o DF terá caso esse texto for votado nessas condições. Não entendemos porque, de repente, se tira da cartola uma emenda dessa. Qual é o interesse por trás disso? Não é que o FCDF dê conta de tudo, mas ele faz muita diferença. Estamos falando, em 2023, de termos circulando cerca de R$ 23 bilhões do FCDF. O efeito disso não é só no meu salário, no salário do servidor da segurança ou saúde. Quando falamos que a emenda é uma ameaça, falamos que é para todo mundo (a população), como a qualidade do serviço prestado.

Parece que existe ciúme, inveja, de outros estados que acham que o DF tem um privilégio. Mas, sempre esquecem que somos a capital do país, além de uma população que precisa de saúde, educação, segurança.

A saúde, independentemente de quem está no governo, é uma saúde de referência. Nós recebemos pessoas de outros estados. A educação, para se tornar de qualidade, precisa de investimentos e não de retirar ele (o Fundo). A segurança, que é totalmente de responsabilidade da União com o FCDF, cuida da segurança dos Três Poderes, das embaixadas, além da população. Não se pode pensar na lógica (que o DF) fosse qualquer outro estado. O Fundo foi pensado e aprovado, e tem sido um benefício para a nossa cidade, mas não um privilégio. Precisamos considerar, também, as nossas fontes diferentes de outros estados. Os outros estados têm fortemente o turismo, indústrias. Nós não (temos). O DF foi pensado numa lógica, num perfil. Claro, isso vem sofrendo alterações ao longo dos últimos anos, mas o princípio permanece. É o serviço público. Quando pensamos nessa alteração do Fundo, vai comprometer a geração de empregos, como concursos — que são tão poucos. Hoje é impensável uma mudança drástica assim, para algo tão rapidamente.

O relator Cláudio (Cajado PP-BA) disse que há um engano dos políticos do DF, de acharem que a emenda vai atrapalhar o crescimento do FCDF. O modelo que ele explica é referente ao crescimento das despesas primárias, com a correção monetária. Considera um blefe?

Acho que precisamos, primeiro, esperar que o Brasil passe por esta reconstrução da economia, para que tudo possa fluir bem. Não estamos nos opondo a debater sobre o Fundo Constitucional, porque é mais do que legítimo. É necessário discutir, esperar o crescimento do país e, a partir disso, discutir sobre uma nova realidade. Não podemos colocar em risco o dia a dia do DF.

O líder do PT, Zeca Dirceu, deu perspectivas de como será a votação do PT sobre essa emenda?

Conversamos ontem (anteontem) à noite, e hoje (ontem) eles teriam uma reunião e, amanhã (hoje), haverá uma reunião com a Comissão de Educação da Câmara, na tentativa de convencimento dessas duas mudanças — Fundeb e FCDF, ambas no Arcabouço Fiscal. A posição do PT também será tirada lá (nas reuniões).